

Agronegócio: estratégias e práticas administrativas na agricultura familiar

Agribusiness: administrative strategies and practices in family farming

Luiza Guimarães Melo Lemos¹
Andrezza Mara Martins Gandini²
William Júnio do Carmo³

122

Resumo: O agronegócio desempenha um papel central na economia brasileira. A administração no contexto do agronegócio familiar é fundamental para garantir a eficiência na produção. Este artigo aborda a administração no agronegócio familiar, destacando sua importância para o desenvolvimento econômico e social no Brasil. A pesquisa tem como objetivo identificar os principais desafios enfrentados pelas famílias agricultoras no que diz respeito à gestão administrativa e propor estratégias que contribuam para a sustentabilidade e eficiência desse segmento. A metodologia empregada nesta pesquisa inclui revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários e análise crítica, permitindo uma abordagem ampla e detalhada sobre o tema. Os resultados apontam para a necessidade de políticas públicas mais eficazes, capacitação em gestão e maior acesso a tecnologias adaptadas, de modo a fortalecer a competitividade e a autonomia das propriedades familiares.

Palavras-chave: Agronegócio familiar. Gestão administrativa. Desafios no campo.

Abstract: Agribusiness plays a central role in the Brazilian economy. Administration in the context of family agribusiness is essential to ensure production efficiency. This article addresses administration in family agribusiness, highlighting its importance for economic and social

1 Graduanda em Administração, <https://orcid.org/0009-0009-0456-5934>, luiza.melo@estudante.iftm.edu.br, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Campus Paracatu.

2 Doutora em Produção Vegetal, <https://orcid.org/0000-0002-3736-5201>, andrezzagandini@iftm.edu.br, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Campus Paracatu.

3Doutor em Produção Vegetal, <http://orcid.org/0000-0002-4841-4400>, williamjunio@iftm.edu.br, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Campus Paracatu.

Recebido em: 18 /02/2025

Aprovado em: 17/12/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



development in Brazil. The research aims to identify the main challenges faced by farming families with regard to administrative management and propose strategies that contribute to the sustainability and efficiency of this segment. The methodology used in this research includes bibliographic review, secondary data collection and critical analysis, allowing a broad and detailed approach to the topic. The results point to the need for more effective public policies, management training and greater access to adapted technologies, in order to strengthen the competitiveness and autonomy of family properties.

Keywords: Family agribusiness. Administrative management. Challenges in the field.

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio desempenha um papel central na economia brasileira, sendo responsável por uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) e pela geração de empregos em diversas regiões do país. Dentro desse vasto setor, a agricultura familiar se destaca como uma das principais bases da produção de alimentos, respondendo por aproximadamente 70% dos alimentos consumidos no Brasil, segundo dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). Apesar de sua relevância, a agricultura familiar enfrenta desafios que vão desde o acesso a recursos e tecnologias até a implementação de práticas administrativas eficazes, que podem limitar seu potencial de desenvolvimento e sustentabilidade (Altafin, 2017; Galvão, 2017).

A administração no contexto do agronegócio familiar é fundamental para garantir a eficiência na produção, a sustentabilidade econômica das propriedades e a competitividade no mercado. No entanto, é comum observar que muitos agricultores familiares ainda utilizam métodos rudimentares e informais de gestão, como o registro de receitas e despesas em cadernos ou pedaços de papel. Essa abordagem, embora prática para o dia a dia, pode levar a uma compreensão limitada sobre o desempenho financeiro do negócio e dificultar tomadas de decisão estratégicas, como investimentos em novos equipamentos, expansão de culturas ou acesso a créditos agrícolas (Ferronato; Silva, 2023).

Diante desse cenário, surge a seguinte problemática: como as práticas administrativas atuais impactam a gestão das propriedades familiares e quais estratégias podem ser adotadas para melhorar sua eficiência e sustentabilidade? A ausência de um gerenciamento estruturado não apenas afeta a lucratividade, mas também compromete a capacidade dessas famílias de se adaptarem a mudanças no mercado e enfrentarem desafios, como oscilações de preço e crises econômicas (Bittencourt, 2018). Além disso, a sobreposição entre finanças pessoais e do negócio pode gerar confusão financeira e limitar a capacidade de reinvestir na produção.

Justifica-se, portanto, a realização deste estudo pela necessidade de compreender os métodos administrativos adotados no contexto da agricultura familiar e propor estratégias que possam contribuir para o fortalecimento do agronegócio em pequenas propriedades. A agricultura familiar não é apenas um pilar da economia brasileira, mas também uma questão de segurança alimentar, preservação cultural e desenvolvimento rural. Promover a gestão eficiente desse segmento é essencial para garantir sua longevidade e impacto positivo na sociedade (Reis Neto *et al.*, 2023).

O objetivo geral deste trabalho é analisar as práticas administrativas utilizadas pelos agricultores familiares e propor estratégias que possam aprimorar a gestão de suas propriedades. Especificamente, busca-se identificar as principais dificuldades enfrentadas na administração, mapear as práticas mais comuns e sugerir ferramentas ou abordagens que possam ser implementadas de forma prática e acessível. Espera-se que este estudo sirva como uma base para o desenvolvimento de iniciativas que incentivem o pequeno produtor a adotar boas práticas administrativas, contribuindo para a profissionalização do agronegócio familiar e para o fortalecimento da economia rural.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada neste estudo foi desenvolvida com o objetivo de explorar de forma abrangente e aprofundada o tema "Agronegócio: Estratégias e Práticas Administrativas na Agricultura Familiar". Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa, composta por revisão bibliográfica. Foram utilizadas obras de Galvão (2017), Altafin (2017), Avelino (2023) e entre outros autores, que abordaram conceitos e abordagens sobre práticas administrativas no contexto da agricultura familiar.

O material selecionado foi submetido a uma análise crítica, com o objetivo de identificar os principais desafios enfrentados pelas propriedades familiares, as estratégias de gestão aplicadas e as oportunidades para a modernização e o fortalecimento do setor. A revisão bibliográfica permitiu, ainda, a sistematização de informações teóricas que sustentam as reflexões e discussões apresentadas ao longo deste estudo, além de oferecer subsídios para a formulação de propostas que visam aprimorar as práticas administrativas na agricultura familiar. Essa abordagem proporcionou uma compreensão mais ampla e detalhada do tema, assegurando a consistência e a relevância da análise empreendida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e a discussão deste estudo sobre o tema "Agronegócio: Estratégias e Práticas Administrativas na Agricultura Familiar" baseiam-se na análise detalhada das etapas realizadas ao longo da pesquisa. Inicialmente, foram explorados os conceitos fundamentais que contextualizam o agronegócio no Brasil, destacando sua relevância histórica e contribuição econômica. Em seguida, investigou-se o papel da agricultura familiar dentro do agronegócio, incluindo os desafios de gestão e as políticas públicas que impactam diretamente esse segmento. Por fim, as práticas administrativas na agricultura familiar foram avaliadas, com foco em ferramentas de gestão, tecnologias e as dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores.

O agronegócio no Brasil possui um longo histórico de evolução e transformação, desempenhando um papel central no desenvolvimento socioeconômico do país. Inicialmente baseado em grandes latifúndios destinados à monocultura, como o café e a cana-de-açúcar, o setor passou por uma modernização significativa ao longo do século XX, com a introdução de tecnologias avançadas, políticas de incentivo e maior diversificação de culturas. No entanto, dentro desse cenário, a agricultura familiar desempenhou um papel essencial, fornecendo a maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira e consolidando-se como um elemento indispensável para a segurança alimentar e a sustentabilidade do setor (Altafin, 2017).

A evolução do agronegócio no Brasil também está intrinsecamente ligada ao planejamento e à lógica produtiva de pequenas propriedades, que adotaram estratégias de adaptação às demandas de mercado e às condições climáticas e sociais. Esse desenvolvimento reflete a capacidade da agricultura familiar de promover não apenas a produção em larga escala de alimentos, mas também a preservação de práticas culturais e a geração de renda para comunidades locais. Apesar dos avanços, ainda há desafios significativos relacionados à profissionalização da gestão e ao acesso a políticas públicas que possam fortalecer a competitividade do setor (Galvão, 2017).

O agronegócio é um dos pilares da economia brasileira, contribuindo significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB), as exportações e a geração de empregos. A agricultura familiar, enquanto parte integrante do agronegócio, desempenha um papel vital ao atender tanto ao mercado interno quanto às necessidades de exportação. De acordo com estudos recentes, cerca de 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros são produzidos por pequenos agricultores, o que evidencia a relevância desse segmento para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável do país (Bittencourt, 2018).

A agricultura familiar é um modelo de produção agrícola caracterizado pela predominância do trabalho familiar e pela gestão direta da propriedade pelos membros da família. Esse tipo de produção é amplamente reconhecido como um dos pilares da segurança alimentar no Brasil, responsável por aproximadamente 70% dos alimentos consumidos pela população. Segundo Altafin (2017), a agricultura familiar vai além da simples produção econômica, sendo também um fator essencial para a preservação de culturas locais, a geração de empregos no meio rural e a promoção da sustentabilidade. Esse setor é uma força motriz para o desenvolvimento das comunidades rurais, promovendo coesão social e dinamismo econômico em diversas regiões do país (Altafin, 2017).

Além disso, a agricultura familiar desempenha um papel fundamental na geração de renda e no desenvolvimento local. Bezerra e Schlindwein (2017) destacam que pequenas propriedades familiares não apenas contribuem para a economia regional, mas também fomentam cadeias produtivas locais por meio da comercialização de alimentos em mercados regionais e programas institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Dessa forma, a agricultura familiar é uma estratégia importante para o combate à pobreza e à desigualdade no campo, fortalecendo a autonomia das comunidades e promovendo um modelo de desenvolvimento mais equilibrado (Bezerra; Schlindwein, 2017).

A principal diferença entre a agricultura familiar e as grandes propriedades agrícolas reside no modelo de produção, na gestão e na escala econômica. Enquanto as grandes propriedades tendem a adotar práticas de monocultura, mecanização intensiva e alta dependência de insumos externos, a agricultura familiar geralmente se caracteriza pela diversificação de culturas, uso intensivo da mão de obra familiar e práticas mais sustentáveis. A Lei nº 11.326/2006 destaca que a agricultura familiar tem um papel central na formulação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento de pequenas propriedades, promovendo sua integração ao mercado e incentivando práticas agrícolas que respeitem os recursos naturais (BRASIL, 2006).

As políticas públicas voltadas para a agricultura familiar têm desempenhado um papel essencial no fortalecimento do setor. Entre elas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) se destaca como uma iniciativa pioneira, ao oferecer crédito subsidiado, incentivos financeiros e suporte técnico aos pequenos produtores. De acordo com Araujo e Vieira Filho (2017), o PRONAF teve um impacto positivo significativo na produtividade agrícola e na inclusão social dos agricultores familiares, possibilitando sua

inserção no mercado e contribuindo para a segurança alimentar nacional (Araujo; Vieira Filho, 2017).

Além disso, estratégias adicionais, como assistência técnica e programas de capacitação, são essenciais para ampliar a eficiência e a competitividade da agricultura familiar. Reis Neto *et al.* (2023) destacam a importância de uma agenda integrada de políticas públicas que priorizem a inovação, o acesso a mercados e a inclusão digital no campo. Essas ações, quando articuladas, têm o potencial de promover não apenas o crescimento econômico do setor, mas também o fortalecimento das comunidades rurais, garantindo um modelo de desenvolvimento sustentável a longo prazo (Reis Neto *et al.*, 2023).

O registro e o controle financeiro são aspectos fundamentais para uma gestão eficiente na agricultura familiar. Manter um registro detalhado das receitas e despesas permite que os agricultores familiares compreendam melhor o desempenho econômico de suas propriedades e identifiquem áreas de melhoria. Contudo, muitos agricultores ainda utilizam métodos informais, como anotações em cadernos ou pedaços de papel, o que dificulta a obtenção de uma visão clara do fluxo financeiro. A adoção de boas práticas de controle financeiro, como o uso de planilhas ou softwares específicos, pode auxiliar na organização e no planejamento, proporcionando maior segurança e eficiência na gestão dos recursos financeiros (Kay; Eduard; Duffy, 2014).

Ferronato e Silva (2023) destacam que a implementação de ferramentas e métodos de gestão, como o controle de custos e a análise de rentabilidade, pode ser um diferencial significativo para a agricultura familiar. Essas práticas permitem que os agricultores tomem decisões mais embasadas, como a escolha de culturas mais lucrativas ou o momento ideal para investir em novos insumos. Apesar disso, a falta de capacitação e a resistência a mudanças ainda são desafios recorrentes, evidenciando a necessidade de programas de treinamento e assistência técnica voltados para pequenos produtores (Ferronato; Silva, 2023).

Um dos grandes desafios enfrentados pela agricultura familiar é a falta de separação entre as finanças pessoais e as do negócio. Essa sobreposição pode levar a confusões financeiras, dificultando a análise precisa da lucratividade da propriedade e comprometendo a capacidade de reinvestimento na produção. Graf (2016) ressalta que a autonomia do jovem na gestão da propriedade rural é uma oportunidade para introduzir práticas de gestão mais estruturadas, como a criação de contas bancárias separadas e o registro específico de despesas e receitas relacionadas ao negócio. Essas ações promovem maior transparência e controle, permitindo um planejamento financeiro mais eficaz (Graf, 2016).

Além disso, Avelino e Lacerda (2023) apontam que a ausência de uma cultura de planejamento estratégico na agricultura familiar contribui para a confusão entre os aspectos financeiros pessoais e empresariais. A separação dessas finanças é essencial para identificar o real desempenho econômico da propriedade, permitindo uma gestão mais eficiente e facilitando o acesso a linhas de crédito específicas para pequenos produtores. Essa prática também pode incentivar uma visão de longo prazo, com foco na sustentabilidade econômica e na expansão do negócio (Avelino; Lacerda, 2023).

A tecnologia tem um papel transformador na gestão da agricultura familiar, permitindo que pequenos produtores adotem soluções práticas e acessíveis para otimizar suas operações. A utilização de softwares simples para controle financeiro e planejamento, por exemplo, pode facilitar o registro de dados e a análise de resultados. Ligerio *et al.* (2014) destacam que os sistemas de informação têm o potencial de integrar processos e melhorar a tomada de decisões, permitindo que os agricultores familiares se adaptem às exigências de um mercado cada vez mais competitivo (Ligerio *et al.*, 2014).

Bittencourt (2018) ressalta que a adoção de tecnologias também oferece oportunidades para inovação e maior eficiência na produção agrícola. No entanto, a falta de acesso a essas ferramentas, seja por limitações financeiras ou de capacitação, ainda é um obstáculo para muitos pequenos produtores. Para superar esses desafios, é necessário investir em políticas públicas e programas de treinamento que promovam a inclusão digital no campo, garantindo que os agricultores familiares possam usufruir plenamente dos benefícios da tecnologia (Bittencourt, 2018).

A falta de profissionalização na administração rural é um dos principais desafios enfrentados pelas propriedades familiares no Brasil. Apesar de sua importância para a economia nacional e para a segurança alimentar, muitas propriedades familiares ainda operam de forma intuitiva, sem aplicar métodos estruturados de gestão. Essa carência limita o planejamento estratégico, a análise de custos e a implementação de melhorias nas operações. É essencial desenvolver estratégias que integrem ferramentas administrativas às práticas cotidianas das propriedades familiares, promovendo um ambiente mais profissionalizado e sustentável, isso exige esforços conjuntos de políticas públicas, assistência técnica e capacitação dos agricultores (Reis Neto *et al.*, 2023).

Além disso, Ferronato e Silva (2023) destacam que a aplicação de métodos e ferramentas de gestão no agronegócio é um passo fundamental para superar a falta de profissionalização. A introdução de práticas como análise de rentabilidade, controle de custos

e gestão integrada pode melhorar significativamente o desempenho das propriedades familiares. No entanto, a resistência à adoção dessas práticas, aliada à falta de acesso a capacitação e tecnologia, ainda representa um entrave significativo para a modernização do setor (Ferronato; Silva, 2023).

O uso de métodos tradicionais e informais, como anotações em papel ou cadernos, é uma prática ainda comum entre agricultores familiares. Apesar de ser uma solução prática e acessível, essa abordagem dificulta o registro detalhado das finanças e impede uma análise precisa dos resultados econômicos. Graf (2016) aponta que essa informalidade na gestão financeira é um dos principais fatores que limitam o crescimento das propriedades familiares, pois impede que os agricultores tomem decisões baseadas em dados confiáveis. Essa prática também dificulta o acesso a linhas de crédito, que frequentemente exigem registros financeiros mais estruturados (Graf, 2016).

Lamas (2017) ressalta que, embora os métodos tradicionais sejam amplamente utilizados devido à simplicidade e ao custo reduzido, eles não atendem às demandas atuais de um mercado cada vez mais competitivo. A ausência de registros adequados compromete não apenas a lucratividade, mas também a capacidade das propriedades familiares de planejar a longo prazo. Essa situação evidencia a necessidade de promover a transição para sistemas mais estruturados, como planilhas eletrônicas ou softwares de gestão, que sejam acessíveis e práticos para os pequenos produtores (Lamas, 2017).

A resistência à inovação é outro desafio recorrente na administração das propriedades familiares. Muitos agricultores relutam em adotar novas tecnologias e práticas administrativas, seja por desconfiança, falta de conhecimento ou medo de mudanças. Lamas (2017) destaca que essa resistência está frequentemente ligada à ausência de programas de capacitação que expliquem os benefícios das inovações de forma acessível e prática. A introdução de novas ferramentas e métodos requer não apenas a disponibilização de tecnologias, mas também um esforço de conscientização e treinamento para que os agricultores se sintam confortáveis em utilizá-las (Lamas, 2017).

Por outro lado, Bittencourt (2018) argumenta que a inovação é essencial para a sobrevivência e o crescimento das propriedades familiares em um ambiente competitivo. A adoção de tecnologias de gestão e práticas sustentáveis pode aumentar a produtividade, reduzir custos e melhorar a qualidade dos produtos agrícolas. No entanto, para que isso aconteça, é necessário superar barreiras culturais e estruturais que dificultam a implementação de inovações no campo. Isso inclui ampliar o acesso à internet, promover programas de inclusão digital e

oferecer treinamentos contínuos que atendam às necessidades específicas dos pequenos produtores (Bittencourt, 2018).

A abordagem inicial destacou o histórico do agronegócio no Brasil, evidenciando sua evolução a partir de um modelo baseado na monocultura e em grandes propriedades para um sistema mais diversificado, com a inclusão significativa da agricultura familiar. Este segmento, como apontado por Altafin (2017), é responsável por grande parte dos alimentos consumidos no Brasil, reforçando sua importância econômica e social. Por outro lado, Galvão (2017) destacou que, embora relevante, o setor carece de maior profissionalização e apoio para expandir sua participação no mercado. Esses fatores demonstram a necessidade de políticas públicas direcionadas e práticas administrativas que integrem eficiência e sustentabilidade.

Ao analisar o papel do agronegócio no desenvolvimento econômico, verificou-se que o setor é um dos pilares do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, contribuindo significativamente para as exportações e a geração de empregos. Estudos como os de Araujo e Vieira Filho (2017) e Pelizza e Spier (2021) indicam que programas como o PRONAF têm sido fundamentais para promover o crescimento do setor e a inclusão de pequenos produtores no mercado. No entanto, o desafio está em equilibrar a competitividade econômica com práticas de gestão que assegurem a sustentabilidade do setor a longo prazo. A cadeia produtiva, como observado por Costa (2021) e Kay *et al.* (2014), requer melhorias na logística e na organização, especialmente para pequenos produtores que enfrentam dificuldades na comercialização de seus produtos.

A agricultura familiar, analisada como um componente essencial do agronegócio, foi destacada pela sua capacidade de promover desenvolvimento local e geração de renda, como observado por Bezerra e Schlindwein (2017). Comparando-a com grandes propriedades, identificou-se que a agricultura familiar possui características únicas, como o uso intensivo de mão de obra familiar e a diversificação produtiva, enquanto as grandes propriedades se destacam pela mecanização e pela escala econômica (BRASIL, 2006; Passos e Khan, 2019). Essa comparação reforça a importância de políticas públicas que fortaleçam os pequenos produtores, promovendo sua competitividade sem comprometer suas especificidades.

Na análise das práticas administrativas, destacou-se que o registro e o controle financeiro são pontos críticos para o sucesso das propriedades familiares. Estudos como os de Kay *et al.* (2014) e Ferronato e Silva (2023) mostraram que a falta de registros adequados dificulta o planejamento e a análise de resultados, limitando a capacidade de reinvestimento dos pequenos produtores. A separação entre finanças pessoais e empresariais, como enfatizado

por Graf (2016) e Avelino e Lacerda (2023), também é um desafio recorrente, que pode ser superado com capacitação e acesso a ferramentas de gestão simplificadas. Além disso, a resistência à inovação e a adoção de tecnologias, conforme apontado por Lamas (2017) e Bittencourt (2018), são barreiras que precisam ser superadas para integrar os pequenos agricultores ao mercado de forma mais eficaz.

A análise das políticas públicas e apoio governamental revelou que iniciativas como o PRONAF têm desempenhado um papel crucial no fortalecimento da agricultura familiar, promovendo acesso ao crédito, capacitação e assistência técnica. Araujo e Vieira Filho (2017) destacaram o impacto positivo dessas políticas na modernização e na inclusão dos pequenos produtores. Contudo, Reis Neto *et al.* (2023) enfatizam que é necessário ampliar a abrangência desses programas, garantindo que eles atendam às diferentes realidades regionais e sociais dos agricultores.

Ao comparar os conceitos, características e impactos abordados nos capítulos, fica evidente que a integração entre gestão eficiente, políticas públicas e inovação tecnológica é essencial para promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. A falta de profissionalização e a resistência à mudança podem ser mitigadas com programas de capacitação direcionados e ferramentas acessíveis, enquanto políticas públicas devem continuar fortalecendo a base produtiva, promovendo igualdade de oportunidades e desenvolvimento econômico.

Em conclusão, o estudo reforça que a agricultura familiar é um componente estratégico do agronegócio brasileiro. Entretanto, seu pleno potencial só será alcançado por meio da profissionalização das práticas administrativas, do apoio governamental contínuo e da adoção de tecnologias inovadoras. Esses elementos devem atuar de forma integrada para garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental do setor, promovendo sua competitividade e assegurando sua relevância no contexto global.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que as práticas de gestão têm um impacto significativo na eficiência e na sustentabilidade das propriedades familiares. Nas pequenas propriedades rurais há a ausência de registros financeiros adequados, a falta de separação entre finanças pessoais e empresariais, e a resistência à adoção de novas tecnologias, limitando assim o crescimento e a competitividade dos agricultores familiares.

Iniciativas como o PRONAF e políticas públicas voltadas para a capacitação técnica e o acesso ao crédito desempenham um papel crucial na superação desses desafios, permitindo que os agricultores familiares melhorem suas condições de trabalho e maximizem seus resultados.

Assim, espera-se que este trabalho contribua para ampliar a discussão sobre o tema e inspire ações práticas que beneficiem diretamente os agricultores familiares e o agronegócio brasileiro como um todo.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN; Iara. **Reflexões sobre o conceito da Agricultura Familiar**. 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste, 2017.

ARAUJO, Jair Andrade; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. **Análise dos impactos do PRONAF na agricultura do Brasil no período de 2007 a 2016**. Texto para Discussão, n. 2412, IPEA, 2017. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br>. Acesso em: 06 de janeiro de 2025.

AVELINO, Adrieie Aparecida Custódio; LACERDA, Fernando Dourado; DOURADO FILHO, Sizenando Lopes; PEREIRA, Mirian Rosa. **Agricultura familiar e planejamento estratégico: conceitos e reflexões**. Ipameri: Instituto Federal Goiano, 2023.

BEZERRA, Gleicy Jardi; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. **Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil**. Campo Grande, MS, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v18n1/1518-7012-inter-18-01-0003.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2025.

BITTENCOURT, Daniela de Matias de Carvalho. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/31505030/artigoagricultura-familiar-desafios-e-oportunidades-rumo-a-inovacao>. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

BRASIL, LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

BRASIL, MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO, Embrapa. **Módulos fiscais**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

COSTA, Vagner Nascimento da. **Planejamento Estratégico – Conceitos e exemplo prático**, Ed.1, Bibliomundi, 2021. 6 p.

DOS ANJOS, Marcelo Lima; DE CASTRO, Antônio Maria Gomes. A necessidade de indicadores e regulamentos para acreditação da prestação de serviço público de ATER: Um Direito dos Agricultores Familiares. **Direito em Revista-ISSN 2178-0390**, v. 10, n. 1, p. 01-28, 2025.

FERRONATO, Ana Carolina Clivatti; SILVA, Simone Vasconcelos. **Um estudo para a aplicação de ferramentas e métodos de gestão ao agronegócio – uma abordagem na agricultura familiar**. XVII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – SEGET, 2023. Disponível em: <https://www.aedb.br>. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

GALVÃO, Flávia Hosne de Freitas . **Agricultura Familiar: Planejamento, Lógicas Produtivas, economicidade e sustentabilidade**. Botucatu, SP, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152556/galvao%2cfhf_dr_bot.pdf?sequencia=3&isAllowed=y. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

GRAF, Lúcio Vicente. **Gestão da propriedade rural: um estudo sobre a autonomia do jovem na gestão da propriedade rural**. Lajeado, RS, 2016. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1472/1/2016LucioVicenteGraf.pdf>. Acesso em: 06 de janeiro de 2025.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017 - resultados definitivos, Rio de Janeiro: IBGE, outubro de 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 24 de janeiro de 2025.

LAMAS, Fernando Mendes. **Organização da agricultura familiar é mais que necessidade**. Dourados, MS, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/26776914/artigo-organizacao-da-agricultura-familiar-e-mais-que-uma-necessidade>. Acesso em: 05 de janeiro de 2025.

LIGERIO, Ana Elisa Zappa Batista; CHAIM, Daniel Faria.; CORREA, Fúlvia Carolina Alves. A Aplicação de Sistemas de Informação nas Forças Competitivas de Porter. **VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2014.

PASSOS, Ana Tereza Bittencourt ; KHAN, Ahmad Saeed. **O impacto do PRONAF sobre a sustentabilidade agrícola de agricultores familiares na microrregião do Vale do Médio Curu, no estado do Ceará**. Economia Aplicada, v. 23, n. 4, p. 53-78, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br>. Acesso em: 01 de janeiro de 2025.

PELIZZA, Cristian Rafael; SPIER, Cristiano. Os impactos do PRONAF sobre o crescimento econômico dos municípios de Santa Catarina, de 2000 a 2015. **Revista Catarinense de Economia**, v. 5, n. 2, p. 80-100, 2021. Disponível em: <https://apec.org.br>. Acesso em: 04 de janeiro de 2025.

REIS NETO, José Francisco dos; ROSINI, Alessandro Marco; GUIARIENTI, Alexandre Pozzatti; SANTOS, Renata Costa da Silveira; BATISTA, Rodrigo Fonseca. **Estratégias para o desenvolvimento da agricultura familiar: uma agenda de pesquisa**. Ensaios e Ciências,

v. 27, n. 4, p. 430-440, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/1415-6938.2023v27n4p430-440>. Acesso em: 04 de janeiro de 2025.

SILVA, João Augusto da. **Estratégias para o planejamento do negócio sementes e mudas: plano de negócio**. SEBRAE, 2018. Disponível em: http://ead.senar.org.br/wp-content/uploads/capacitacoesconteudos/bioma_cerrado/CURSO_2/AULA_2_PLANO_DE_NEGOCIO_SEMENTES_E_MUDAS.pdf. Acesso em: 04 jan. 2025. M. R. **Agricultura familiar e planejamento estratégico: conceitos e reflexões**. Ipameri: Instituto Federal Goiano, 2023.